

CORREIO SUL

Leo Munhoz/Secom-SC



Polícia Civil concedeu uma coletiva sobre as investigações

SC: familiares indiciados por coação em caso do cão Orelha

A Polícia Civil de Santa Catarina apresentou, em coletiva de imprensa realizada ontem (27), os avanços da investigação sobre a brutal agressão contra o cão Orelha, ocorrida no início de janeiro, na Praia Brava, em Florianópolis (SC). O animal, que era comunitário, teve de passar por eutanásia devido à gravidade dos ferimentos. Familiares dos adolescentes, sendo um advogado e dois empresários, após serem interrogados, foram indiciados pelo crime de coação das testemunhas em ação conduzida pela Delegacia de Proteção Animal na Capital (DPA). A Delegacia de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei da Capital (Deacle) instaurou auto de apuração de ato infracional e conduz processo contra os envolvidos.

SC: Procon Móvel percorrerá Blumenau

O atendimento do Procon Móvel percorrerá quatro bairros de Blumenau (SC) em fevereiro para receber reclamações sobre serviços e orientar consumidores. As ações ocorrem às quartas-feiras, das 10h às 12h e das 13h às 15h, em locais de grande circulação. A iniciativa começa no dia 4, na Itoupava Central, e segue para Itoupavazinha, Badenfurt e Itoupava Norte, com visitas também a comércios da região, com equipe do órgão municipal.

Divulgação/Prefeitura de Curitiba



Trincheiras da Vila São Pedro começam em fevereiro

Curitiba inicia obras na Linha Verde

As trincheiras da Estação Vila São Pedro, na Linha Verde, entre os bairros Capão Raso e Xaxim, terão início em 2 de fevereiro, segundo a prefeitura de Curitiba (PR). A intervenção integra o plano de governo do prefeito Eduardo Pimentel (PSD) e busca eliminar um ponto de retenção no tráfego. A obra deve melhorar a circulação urbana e o transporte coletivo, beneficiando cerca de 2,5 mil veículos por hora em cada sentido, além de facilitar o deslocamento metropolitano para quem acessa Curitiba a partir de Mandirituba e Fazenda Rio Grande diariamente.

Procon-RS divulga pesquisa de preços

O Procon do Rio Grande do Sul realizou uma pesquisa de preços de materiais escolares em dez cidades gaúchas. O estudo apontou variação acima de 3.400%, com lista mínima de R\$ 36,78 e máxima de R\$ 1.304,28. O levantamento analisou 20 itens básicos com dados do aplicativo "Menor Preço Nota Gaúcha". A pesquisa considerou 20 produtos que integram uma lista básica de materiais.

Edital

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU-RS) iniciou a execução de um edital público e selecionou a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) para desenvolver pesquisa sobre políticas municipais de planejamento urbano, com foco na resposta a emergências climáticas no estado.

Cemitério

A visita guiada no Cemitério do Imigrante passa a ocorrer mensalmente e terá edição nesta quinta-feira (29), às 19h, em Joinville (SC). A atividade é gratuita, aberta ao público, com 30 vagas e inscrição pelo site da prefeitura municipal. O percurso tem duração aproximada de 1h30 e pode ser adiado em caso de chuva.

Audiência

A prefeitura de Londrina (PR) realizará uma audiência pública no sábado (31), às 9h, em Lerroville, para apresentar trechos de estradas rurais que receberão melhorias por convênio com o governo do Paraná. O encontro ocorre na Rua Eloy Nogueira Silva, 460, e é aberto a produtores e moradores da zona rural.

Sangue

A Unidade de Coleta Externa de Sangue do Hemocentro do Rio Grande do Sul realiza coleta na quarta-feira (28), das 8h às 11h30min, junto ao Hospital São Camilo, na cidade de Esteio (RS). Interessados devem agendar por e-mail, telefone ou WhatsApp informados pela prefeitura para manter os estoques de sangue no município.

Vôlei

A equipe da prefeitura de Chapecó enfrentará o time Araucária Vôlei nesta quinta-feira (29) pela Superliga B de Voleibol Masculino. O time chapecoense ocupa a 11ª colocação, com 8 pontos em 8 jogos, enquanto o adversário aparece em 7º, com 12 pontos na competição. O jogo será no Ginásio Ivo Silveira.

Capacitação

A prefeitura de Maringá (PR), por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas, lança, nesta quarta (28), a Universidade Corporativa, com 300 cursos na modalidade ensino a distância para servidores municipais. A iniciativa permite acompanhar o progresso nas capacitações e ampliar a qualificação dos serviços.



Para a OAB, a lei compromete o princípio da igualdade

Justiça de SC suspende lei contra cotas raciais

STF requer esclarecimentos sobre proibição de cotas raciais

A justiça de Santa Catarina suspendeu na tarde de terça-feira (27) a lei estadual que impedia a reserva de vagas por critério racial no acesso a universidades mantidas ou financiadas pelo poder público local.

A lei foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina no final do ano passado e sancionada pelo governador Jorginho Mello (PL). Desde então, tem sido alvo de ações de inconstitucionalidade. A decisão da justiça catarinense restabelece o critério. Cabe recurso a ela, mas já parece haver uma tendência de derrubada da decisão também no Supremo Tribunal Federal (STF).

O governo de Santa Catarina recebeu prazo de 48 horas para encaminhar ao STF informações adicionais sobre a norma estadual contrária à política de cotas.

A determinação partiu ontem (27) do ministro Gilmar Mendes, relator do tema, diante de seleções acadêmicas em curso que podem ser impactadas pela regra. No mesmo intervalo, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) deverá apresentar esclarecimentos sobre o texto aprovado no fim de 2025.

A medida alcança qualquer instituição de ensino superior que receba recursos estaduais e veda mecanismos de diferenciação baseados em raça tanto para ingresso de estudantes quanto para contratação de servidores,

incluindo docentes.

A proposta foi aprovada pela Alesc em dezembro e sancionada pelo governador Jorginho Mello (PL) na última sexta-feira (23).

Após a publicação, grupos de oposição no estado recorreram à Justiça Federal para contestar a validade da iniciativa, o que levou o caso ao controle concentrado no Supremo. A constitucionalidade do dispositivo é questionada por partidos de oposição, entidades da sociedade civil e organizações representativas.

Entre os autores das ações estão PSOL, PT, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), União Nacional dos Estudantes, Coalizão Negra por Direitos e Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro).

As exceções previstas mantêm políticas baseadas exclusivamente em renda, vagas destinadas a pessoas com deficiência e critérios relacionados à origem em escolas da rede pública estadual.

Fora desses casos, a aplicação de qualquer mecanismo afirmativo fica vedada, sob pena de sanções administrativas. O descumprimento da norma pode resultar em multa de R\$ 100 mil por edital publicado, além da suspensão de repasses financeiros.

A política de ações afirmativas vigora desde 2012 e reserva 50% das vagas para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, com recortes de renda, raça e deficiência.